O Problema da Memória na Justiça Cármica

Octavio da Cunha Botelho

Fevereiro/2019

Introdução

Apesar de reconhecidos nas religiões indianas como inseparáveis, o carma não pode ser estudado através de evidências físicas, tal como é possível com a reencarnação. A Parapsicologia já tentou buscar provas da existência desta última através da experiência de quase morte, da hipnose regressiva às vidas passadas, da xenoglossia, da sobrevivência de algo após a morte, das cicatrizes e das marcas no corpo de pessoas supostamente reencarnadas, da incorporação mediúnica, etc. Estes experimentos são possíveis de serem investigados empiricamente, visto que a reencarnação é entendida, por aqueles que a sustentam, como um fenômeno. Enquanto que o carma (ação/reação), por sua vez, é um fato, porém atrelada a um conceito que não é possível de se estudar empiricamente, pois é baseado em um conceito de moral, de habilidade e de justiça, portanto uma ideia abstrata criada pelo juízo de valores, embora as doutrinas indianas insistam que se trata de uma lei natural de causa e efeito, e não apenas de um conceito humano, tal como discutiremos adiante.

Sendo assim, não existem trabalhos de pesquisa empírica sobre a tentativa de provar a existência do carma, tal como as pesquisas de Ian Stevenson e de outros parapsicólogos, com a

intenção de mostrar pistas físicas para a possibilidade da existência da reencarnação. Com o carma, estas pesquisas não são possíveis, pois o carma é um conceito de habilidade e de justiça por trás da ação e da retribuição da ação cometida antes, de modo que pode ser discutido, mas não testado cientificamente, tal como os parapsicólogos tentaram com a reencarnação.

Em linhas gerais, estas discussões sobre carma têm como ponto de partida e como ideia aceita o fato de que o carma existe. De modo que existem muito mais debates, levados a cabo por religiosos, por professores de religião e por filósofos, nunca por cientistas, sobre os detalhes das operações do carma (exemplo: impossibilidade de recordar as ações cometidas nas vidas anteriores, proporção entre o crime e a punição na próxima vida, o momento apropriado para a punição ou para a recompensa pelas ações nas vidas passadas, etc.) do que debates se o carma realmente existe ou não. Se o carma não existir, estas operações não acontecem, o que torna as discussões inúteis. Então, nestes debates, uma quantidade de ideias, coisas e fatos, que ainda não possuem comprovação da sua existência (renascimento, alma imortal, sobrevivência após a morte, planos celestiais, corpos sutis, inferno, etc.) são introduzidos nas discussões, sem antes serem discutidos se os mesmos existem ou não (para conhecer alguns destes debates, ver: Reichenbach, 1989;

Kaufman, 2005; Chadha, 2007 e McClelland, 2010, 136-52).

As doutrinas indianas insistem que o carma não é apenas uma lei moral, mas também uma lei natural de causa e efeito, porém uma lei natural com base em um juízo de valor e em um conceito de habilidade. No entanto, juízos de valores e conceitos de habilidades humanas não estão na natureza.

Na concepção indiana, carma e reencarnação coexistem em uma dependência mútua. Se a reencarnação não existir, então o carma também não existe. Por conseguinte, a atual dificuldade em provar a ocorrência da reencarnação torna difícil também demonstrar a existência do carma, com isso o carma persiste como um dogma, apesar da insistência dos adeptos de que por trás do carma existe uma lei, tal como o princípio físico de que toda ação provoca uma reação.

Significado de Carma

A ideia de ação com o poder de retribuição justa para o autor responsável pelo ato, com o tempo se espalhou e influenciou diferentes religiões: Hinduísmo, Budismo, Jainismo, Sikhismo e, nos tempos mais recentes, Teosofia, Espiritismo Moderno, bem como outras menos conhecidas. Apesar das ideias em comum, em cada uma das religiões por onde penetrou, a crença no carma

desenvolveu peculiaridades na sua explicação, de modo que seria muito extenso tratar das distinções aqui, as diferenças existem até mesmo entre as seitas de uma mesma religião (para aprofundamento, ver: O'Flaherty, 1980 e Reichenbach, 1989). Portanto, concentraremos aqui apenas nas concepções mais comuns, bem como nas doutrinas onde a crença no carma representou o tema central: religiões indianas, Teosofia e Espiritismo.

Em seu sentido amplo, carma (Sânscrito: कर्मन् – *karman*; Páli: कम्म – *kamma*, termo derivado da raiz verbal कृ– *kr* "agir", "fazer", "executar", "causar")[1] é um substantivo no gênero neutro[2] que significa ação em geral, pode ser uma

---

[1] *Karma* (कर्म) é a forma flexionada, no caso nominativo, do substantivo no gênero neutro *karman* (कर्मन्) na forma não flexionada. Assim como o Grego e o Latim Clássico, o Sânscrito não possui preposições ("de", "com", "para", "pela", etc.), então, nas línguas sintéticas, diferente das línguas analíticas, que possuem preposições, o papel das preposições é substituído pela flexão das terminações das palavras, a fim de substituir as preposições. Por exemplo, quando se deseja dizer "do carma", a forma flexionada é "*karmanah*" (कर्मणः), no caso genitivo; e para se dizer a frase "com o carma", a palavra flexionada é "*karmanā*" (कर्मणा), no caso instrumental. No Grego são cinco casos de flexão, no Latim Clássico são seis e no Sânscrito são oito (Nominativo, Acusativo, Instrumental, Dativo, Ablativo, Genitivo, Locativo e Vocativo).

[2] A gramática sânscrita possui três gêneros: masculino, feminino e neutro.

ação ritual, a execução de uma tarefa, o cumprimento de um dever, um trabalho, o exercício de uma profissão, etc. Este é o sentido de ação desprovida de causa, de intenção e de responsabilidade morais. Em sentido estrito, o significado de carma que nos interessa aqui é o de carma associado com o poder da ação de criar reações e de retribuir ações morais conforme a responsabilidade de cada indivíduo, de cada sociedade, de cada nação ou até mesmo de toda a humanidade. Esta é a modalidade de ação provida de retribuição cármica (विपाकः - *vipākah*).[3] O princípio é o de que as ações virtuosas (कुशल - *kushala*) trarão experiências favoráveis, enquanto as ações imorais (अकुशल - *akushala*) resultarão em experiências desfavoráveis, nesta vida ou nas vidas futuras, para o responsável pela ação. Algo como o conhecido ditado: “cada um colhe o que semeia”. Nem sempre a retribuição cármica acontece na mesma vida. Segundo esta doutrina, ninguém é capaz de escapulir desta Lei (धर्म - *dharma*), pois, mais cedo ou mais trade, a retribuição (*vipākah*) ocorrerá. Esta lei é tão associada ao conceito de carma que é comum

---

[3] Literalmente, o substantivo masculino विपाकः–*vipākah* significa “cozimento”, “amadurecimento” ou “desenvolvimento”. Deriva da raiz verbal विपच्–*vipach* “amadurecer”, “cozinhar”. Figurativamente, o termo é utilizado no sentido de “consequência”, “resultado” ou “retribuição”.

encontramos autores identificando a lei do carma com o próprio carma. Portanto, o carma não é uma simples ação sem implicações, muito mais do que isto, ele é uma concepção de ação e de seu correspondente amadurecimento (*vipāka*) com efeitos no futuro, cujos atos virtuosos do corpo, da fala e do pensamento produzem felicidade, nesta vida e/ou nas próximas vidas; enquanto os atos viciosos conduzem ao sofrimento. Segundo os diferentes sistemas indianos, o julgamento das ações dos agentes é feito pela própria Lei do Carma, a qual tem dinâmica própria para isto, ou, de acordo com os sistemas teístas, por um deus que julga o mérito das ações e então envia as retribuições ou os infortúnios aos autores (para uma explicação sobre esta questão, ver: Reichenbach, 1980).[4]

Na literatura mais antiga dos hindus, a literatura védica, o carma, no sentido acima, é mencionado apenas vagamente (para aprofundamento, ver: O'Flaherty, 1980: 03-37 e

[4] A literatura teosófica menciona a existência dos *Lipikas* (Senhores do Carma), que são escribas que imprimem nas tabuletas invisíveis da luz astral os registros de todos os atos e de todos os pensamentos dos homens, de tudo que aconteceu e de tudo que acontecerá no universo. Também são juízes das ações humanas. O termo *Lipika* (लिपिक) é de origem sânscrita e significa "escriturário", "escriba", "escritor" ou "escrivão". Não aparece na literatura sânscrita no sentido de "escriba celestial", este último sentido é uma criação dos teósofos.

Tull, 1989). A mais antiga menção clara na literatura upanixádica aparece no *Brhadāranyaka Upanishad* VI.04.04-5: साधुकारी साधुर्भवति । पापकारी पापो भवति । पुण्यः पुण्येन कर्मणा पापः पापेन - *sādhukārī sādhurbhavati pāpakārī pāpo bhavati punyah puniena karmanā pāpah pāpena*, “No que um homem se transforma depende de como ele age e se comporta. Se suas ações são boas, ele se transformará em algo bom. Se suas ações são más, ele se transformará em algo ruim. Um homem se transforma em algo bom por suas boas ações e em algo ruim por suas más ações” (Olivelle, 1998: 120 e 121).[5]

A definição de carma varia de um autor para outro, não existe consenso. Wendy D. O’Flaherty enumerou, após sucessivos debates entre especialistas com a intenção de elaborar uma definição de carma conforme a cultura indiana, os seguintes seis constituintes essenciais que devem compor uma teoria do carma (O’Flaherty, 1980: xi):

1.Causalidade (ética e não-ética, envolvendo uma vida ou diversas vidas).

---

[5] Uma fase semelhante aparece em outra passagem deste mesmo upanixade (III.02.13): पुण्यो वै पुण्येन भवति पापः पापेनेति – *punyo vai punyena bhavati pāpah pāpeneti* “Um homem se transforma em algo bom por sua boa ação e em algo ruim por sua má ação” (Olivelle, 1998: 80 e 81).

2.Eticidade (a crença de que os atos bons ou ruins conduzem a certos resultados em uma vida ou em diversas vidas).
3.Renascimento.
4.Explicação para as atuais circunstâncias com referência às ações anteriores, incluindo (possivelmente) ações anteriores ao nascimento.
5.Orientações de ações atuais para futuros fins, incluindo (possivelmente) aquelas que ocorrem após a morte e
6.Base moral sobre a qual a ação passada ou presente é pressuposta.

Enfim, em certo sentido e para alguns propósitos, a crença no carma tem um papel consolador, qual seja, o de convencer aqueles inconformados com as injustiças no mundo de que, apesar da aparente injustiça e desigualdade, existe uma outra justiça maior que, além de nossos olhos, corrige esta injustiça menor, tornando a vida justa e as pessoas merecedoras da sua sorte. Com isso justificando o sofrimento e a felicidade através de razões não arbitrárias e de motivos lógicos, proclamando assim que este mundo é, finalmente, um lugar justo.

Classificações das Ações Cármicas

Nas escrituras hindus e budistas, a ideia de carma é classificada de diferentes maneiras. Conforme o momento, o carma pode ser classificado assim:

1.*Prārabdham karman* (प्रारब्धं कर्मन्): é aquele carma herdado das vidas passadas que está pronto para amadurecer, o qual não pode ser evitado, só é extinguido ao ser cumprido.

2.*Sanchitam karman* (सञ्चितं कर्मन्): é o carma acumulado do passado que ainda não desenvolveu os seus efeitos. É visto parcialmente no caráter do indivíduo, em seus poderes, em suas fraquezas e em suas capacidades. Este carma pode ser alterado até certo ponto, especialmente através das práticas espirituais, as quais dissipam o carma acumulado e

3.*Vartamānam karman* (वर्त्तमानं कर्मन्): é o carma que está sendo criado no momento, cujo indivíduo tem completo controle, portanto pode ser evitado.

Uma classificação conforme a natureza dos resultados (*vipākas*) é a seguinte:

1.*Kushala karma* (कुशल कर्म): o carma que conduz a resultados (*vipākas*) benéficos.

2.*Akushala karma* (अकुशल कर्म): o carma que conduz a resultados maléficos.

3.*Kushalākushala karma* (कुशलाकुशल कर्म): o carma que conduz a resultados mistos, ou seja, que podem ser parcialmente benéficos e parcialmente maléficos e

4.*Avyākrta karma* (अव्याकृत कर्म): o carma que não se manifesta, cujas ações feitas após a iluminação, não produzem resultados no mundo condicionado (*samsāra*).

Uma classificação quanto ao modo de operação, extraída da literatura páli:

1.*Janaka kamma* (जनक कम्म):[6] este é o carma criador, que cria as ações futuras, nesta vida e nas próximas vidas.

2.*Upatthambhaka kamma* (उपत्थंभक कम्म): o carma que suporta, o qual assiste e mantem os resultados (*vipākas*) do carma já existente.

3.*Upapīdaka kamma* (उपपीडक कम्म): o carma opositor, é aquele que enfraquece, que interrompe e que retarda o gozo do carma criador (*janaka kamma*) e

4.*Upaghātaka kamma* (उपघातक कम्म): o carma destruidor, este é forte o bastante para opor e neutralizar os outros carmas, pode também substituir o carma atual por outro. Este pode ser bom ou mal.

E quanto à prioridade do efeito:

1.*Garuka kamma* (गरुक कम्म):[7] este é o carma de maior importância (*gariman*-गरिमन्), o qual pode ser bom (*punnakamma*-पुञ्ञकम्म) ou mal (*pāpakamma*-पापकम्म). Estas virtudes e pecados têm prioridade na produção dos efeitos.

---

[6] Tal como o Sânscrito e outros idiomas indianos, a língua Páli também pode ser escrita no alfabeto *devanāgarī* (देवनागरी).

[7] O adjetivo páli *garuka* (गरुक) é derivado do termo sânscrito *gariman* (गरिमन्), que literalmente significa "peso", portanto *garuka* literalmente significa "pesado", porém muito utilizado em ambas as línguas no sentido figurado de importância, de gravidade ou de dignidade.

2.*Lahuka kamma* (लहुक कम्म): este é o carma de menor importância, por isso não tem prioridade na produção dos efeitos.

O Debate

Dentre tantos outros, existe no momento um debate, entre os estudiosos do assunto, sobre a questão de que se a ideia de carma chega a ser uma teoria, ou mesmo uma doutrina; ou se ela é apenas uma crença, um dogma ou uma superstição. Então, desde as perspectivas dos pontos de vista opostos, as opiniões se dividem da seguinte maneira: para os adeptos e para os autores confessionais, o carma é entusiasticamente proclamado como uma realidade, enquanto que, para os céticos, o carma é desconfiadamente apontado como um dogma.

A dificuldade de considerar o carma como uma teoria, a partir das obras clássicas hindus, budistas e jainistas, é que não existe sequer um tratado, na extensa literatura destas tradições, exclusivo sobre o tema do carma. O que existe são apenas menções em curtas passagens, algumas vezes durante diálogos entre mestre e discípulo, ou através de mitos e metáforas, nem sempre coerentes, cujas obras proclamam, mais do que explicam, a ideia do carma. A preocupação dos autores clássicos sempre foi mais enfocar o aspecto soteriológico, ou seja, a libertação do carma, do que elaborar teorias explicativas sobre

a natureza e a operação do mesmo. Os *sutras* e outros textos budistas estão repletos de passagens onde o tema do carma é mencionado, mas nunca através de um aprofundamento articulado à maneira de um tratado sistemático. Também, no *Bhagavad Gītā*, o carma é mencionado em algumas passagens de modo mais proclamatório e poético do que explicativo. Um pouca mais de informação é encontrada na literatura exegética (*kārikās*, *bhāshyas*, *tīkās*, *vrttis* e *vimarshinīs*). Portanto, a ideia de reunir todas estas ideias esparsas nas obras indianas em uma teoria organizada e coerente sobre o carma é uma tentativa de autores recentes. Dentre todas as tentativas, talvez as obras da teósofa Annie W. Besant sejam as que mais se aproximam ao que atualmente poderíamos chamar, se formos muito complacentes, de "teoria do carma",[8] exposta desde o ponto de vista teosófico.

Outra complicação nos debates está na diversidade de interpretações para a natureza e para a operação do carma propostas pelos intérpretes religiosos e pelos simpatizantes do assunto. Multiplicidade que resulta no fato da discussão ser empreendida desde uma interpretação por um autor, a qual diverge de outras, às vezes até mesmo dentro da mesma religião, conhecidas por outros interlocutores do

---

[8] A exposição mais articulada e mais aprofundada é *A Study in Karma,* primeira edição 1912.

debate, o que dificulta o consenso. Por exemplo, veja a contestação de Monima Chadha (2007) e Nick Trakakis do artigo de Whitley R. P. Kaufman (2005), onde os primeiros tratam do assunto de uma perspectiva mais religiosa, enquanto o segundo de uma perspectiva mais filosófica e jurídica, ambas as partes extraindo suas noções sobre carma a partir de distintas fontes distintas.

Mais complicadora ainda é a criatividade fantasiosa dos adeptos modernos em criar novas explicações, a partir das experiências de canalização e de mediunidade, sobre o funcionamento do carma. A natureza abstrata e axiológica, bem como o meio de operação imperceptível do carma, facilita a liberdade em criar fenômenos e explicações fantasiosas, em razão da falta de concretude e a impossibilidade de confirmação. Sendo assim, os canalizadores e os médiuns estão, a todo momento, criando novas ideias sobre o carma conforme as experiências que revelam. Então, alguém é sempre capaz de criar um novo argumento para sustentar a sua crença, bem como encontrar um meio de contestar a visão do outro, em função da diversidade de interpretações.

Nos debates entre religiosos, dentro do âmbito do confronto entre crenças de diferentes correntes, uma vantagem da doutrina do carma sobre as concepções daqueles que não reconhecem a sua existência, apontada pelos reencarnacionistas, é a oportunidade, através de

muitos renascimentos, de reparar os erros, enquanto nas religiões bíblicas o indivíduo tem apenas uma vida para alcançar a salvação. Então, se o indivíduo não alcança a salvação na sua única vida, não terá outra oportunidade de alcançar a salvação, uma vez que a reencarnação não é aceita. Agora, imagine então os casos daqueles que morrem repentinamente ainda muito jovens, estes não terão outra oportunidade. Conclusão, uma vida desperdiçada. Com isso, os adeptos da crença no carma alegam que esta é mais justa que a doutrina bíblica da ressurreição.[9]

Carma e Fé

Tal como mencionamos acima, o carma não é um fato cujas pistas possam ser rastreadas, a fim de encontrar evidências de sua realidade, pois nenhuma evidência concreta a favor da sua existência é possível de ser obtida, sobretudo em razão da falta de memória de vidas passadas. Sendo assim, a concepção de carma permanece limitada ao âmbito da fé. Ademais, com a impossibilidade de provar também a existência do renascimento, pois ambos são mutuamente dependentes, a realidade do carma torna-se ainda mais impossível.

---

[9] Os espíritas kardecistas alegam encontrar referências à reencarnação na Bíblia, mas ainda se trata de um assunto em discussão.

Então, quando religiosos, professores de religião e filósofos discutem sobre o carma, o que estão fazendo é a construção de uma quantidade de argumentos lógicos e complexos, os quais chegam até aos detalhes minuciosos, muitas vezes muito coerentes, porém argumentos construídos em cima do frágil alicerce da crendice, o que afinal não se firma com sustentação. Ou seja, um interlocutor argumenta com uma crença, para o outro contestar através de outra crença, um confronto de crenças, uma situação que nos faz lembrar os debates dos padres medievais. Sendo assim, alguns destes debates são sobre carma e graça divina, carma e perdão divino, carma e deus, carma e fé, carma e a origem do mal e outras confrontações de crenças religiosas.

O Problema da Memória

A concepção de carma incorpora vários entraves. Um dos mais graves foi levando por Whitley R. P. Kaufman, sobre o “problema da memória das vidas passadas” (Kaufman, 2005: 19-21), para a promoção da justiça cármica. Pois, a Justiça, para que seja efetiva, precisa que alguém, que está sofrendo por um crime cometido em uma vida passada, seja ciente de seu crime e compreenda a razão pela qual está sendo punido. Uma vez que esta recordação não acontece, não é justo alguém ser punido ou recompensado por algo que ele não sabe o motivo da punição ou da

recompensa. Na vida cotidiana, um acusado se recorda e sabe exatamente porque está sendo acusado, ou mesmo um filho quando é advertido pelo pai. Enfim, o fato do autor do crime ou da virtude nunca saber porque está sendo punido ou recompensado, não representa uma forma de justiça, embora o autor possa acreditar que todo ato criminoso é punido em outra vida ou a virtude é recompensada, não faz justiça exatamente. Portanto, ele não conhece o crime que cometeu, a sua gravidade e, até, se o que fez foi crime ou não.

Com toda certeza, esta crença viola o princípio básico da justiça de que ninguém pode ser punido por um crime que não tem conhecimento, que não é possível de ser reconstituído, que não possui testemunhas, tampouco provas materiais. Sem recordação das vidas passadas, aquele que está sendo punido não poderá saber se o sofrimento que está passando é por uma imoralidade ou por um crime cometido nesta vida, ou na sua infância, ou na sua juventude, ou na vida anterior ou nas muitas vidas passadas. Por estas razões, a doutrina do carma, segundo Kaufman, parece mais uma vingança do que uma justiça (Kaufman, 2005: 20).

E o que mais absurdo, sem saber o crime que cometeu na vida anterior, em razão da incapacidade de recordar, o autor não é capaz de confessar o crime, de se arrepender, de tentar reparar o dano, de tentar indenizar ou de

compensar, de se retratar, o que seria moralmente educativo para o suposto criminoso. Em suma, apenas um vago conhecimento que alguém cometeu um ato criminoso, tal como os crentes na reencarnação alegam ser o suficiente, o qual não se recorda, não é suficiente para promover justiça completamente.

Monima Chadha e Nick Trakakis, juntamente com outros defensores da justiça cármica, a partir de argumentos extraídos de crenças indianas, contestam as críticas de W. Kaufman que um criminoso não precisa se recordar do seu crime para ser punido. Chadha e Trakakis mencionaram o exemplo de “um motorista embriagado que atropela um pedestre e, em seguida se choca com um poste. O motorista depois entra em coma, como resultado da colisão, e ao se recuperar a consciência, não se recorda do que aconteceu e de sua embriagues”. Então, segundo eles, o motorista não poderá ser julgado e punido por não se recordar do crime que cometeu? Logo em seguida eles argumentaram que “a teoria do carma, da mesma maneira, exige-nos reconhecer nossos erros passados, mas não os recordar em detalhes e daí nos arrepender por isso”. Em outras palavras, basta reconhecer vagamente que erramos no passado que a lei do carma está pronta para aplicar a sua justiça. Ora, esta é uma noção muito precária de justiça, pois reconhece apenas vagamente nossos erros do passado, sem conhecer os detalhes, isto é justiça

superficial. Se for assim, a justiça do carma é imensamente mais injusta que a justiça dos homens.

Alguém que não se recorda, ou não sabe do crime que cometeu, pode muito bem ser julgado e punido, pois na ausência desta recordação ou deste conhecimento, existem testemunhas e provas (no caso do exemplo acima: o carro acidentado, o poste danificado, as lesões na vítima e/ou o atestado de óbito, as provas periciais, fotos e/ou vídeos do acidente, etc.) de maneira que o crime poderá ser reconstituído e, em seguida, relatado ao acusado esquecido dos detalhes do brutal crime que cometeu. Concluindo, o acusado poderá ter a reconstituição e a recordação do seu crime diante de seus olhos. Agora, no caso da punição da lei do carma por crime cometido em uma vida anterior, nada disto é possível.

Ademais, a fim de ser exatamente justa, a retribuição cármica deve seguir um padrão de proporção entre a gravidade do crime e sua punição, bem como entre o mérito da virtude cometida e a sua recompensa. Uma vez que a recordação das vidas anteriores não acontece, não podemos saber se as punições e as recompensas que recebemos são exatamente proporcionais às imoralidades e às virtudes respectivamente. Enfim, a ideia de carma não promove justiça com justeza, mas sim com vagueza.

Considerações Finais

A ideia de carma sempre exerceu um papel dominador sobre os seguidores de uma religião que a aceita, pois a primeira lição que um adepto aprende sobre o carma é se conformar com a sua sorte (carma). Conformado com o seu carma, o adepto se torna submisso, o que abre o caminho para a religião exercer o seu poder sobre o adepto. A ideia de carma tem um poder subjugador, pois um indivíduo conformado com a sua sorte é muito mais fácil de ser dominado do que um rebelde inconformado com o seu infortúnio.

Também, é curioso observar como todas as doutrinas do carma reconhecem, aprovam e legitimam as divisões de classes sociais criadas pelos homens: pobres e ricos, cultos e incultos, monarcas e plebeus, opressores e oprimidos, bem como as castas religiosas. Algo como se o carma fosse uma lei natural, porém redigida a partir de ideias humanas. No Hinduísmo, por exemplo, o injusto sistema de castas é legitimado pela doutrina hindu do carma, ou seja, cada um nasce em uma casta conforme a lei do carma. O nascimento em uma casta inferior é justificado pelo carma, é um merecimento, de modo que em nenhum momento o sistema de divisão em castas é visto como uma injustiça, mas sim como um justo merecimento pelas ações nas vidas passadas. Sem sequer saber o que fez de certo

ou de errado nas vidas anteriores, o hindu se conforma prontamente com o nascimento superior ou inferior, em função da sua crença na lei do carma.

Sem abrir os olhos para a cegueira da conformidade com a Lei do Carma, o adepto não percebe a injustiça embutida nos sistemas de divisão de classes e, com isso, não se mobilizam para modificar as desigualdades. Enfim, resumindo, a ideia de carma triunfou e sobreviveu até os dias de hoje em função do seu poder consolador e, ao mesmo tempo, subjugador sobre os inconformados com a injustiça da vida.

Referências

BESANT, Annie W. *Reincarnation*. London: The Theosophical Publishing Society, 1910.

_________________ *Karma*. Krotona: The Theosophical Publishing House, 1918.

_________________ *A Study in Karma*. Madras: The Theosophical Publishing House, 1952.

BOARD OF TRUSTEES. *Sanātana Dharma: An Advanced Text Book of Hindu Religion and Ethics.* Benares: Central Hindu College, 1904, p. 108-23.

BRONKHORST, Johannes. *Karma and Teleology: A problem and its solutions in Indian Philosophy.* Tokyo: International Institute for Buddhist Studies, 2000 (Studia Philologica Monograph Series, XV).

CHADHA, Monima and Nick Trakakis. *Karma and the Problem of Evil: A Response to Kaufman* in

Philosophy East & West, volume 57, number 04, October 2007, Honolulu: University of Hawai'i Press, p. 533-56

CHIDANANDA, Swami. *The Law of Karma and Reincarnation*. Tehri-Garhwal: The Divine Life Society, 2004.

EDWARDS, Paul. *Reincarnation: A Critical Examination*. Amherst: Prometheus Books, 1996, p. 35-47.

HALBFASS, Wilhelm. *Indian Conceptions of Karma and Rebirth* in *Concise Routledge Encyclopedia of Philosophy.* London/New York: Routledge, 2000, p. 434-5.

HUMPHREYS, Christmas. *Karma and Rebirth*. Richmond: Curzon Press, 2005.

JINARĀJADĀSA, C. *First Principles of Theosophy*. Madras: The Theosophical Publishing House, 1938, p. 90-114.

KARDEC, Allan. *Le Livre des Esprits*. Paris: Didier et C., Libraires-Éditeurs, 1864.

_____________ *L'Èvangile Selon le Spiritisme*. Paris: Les Éditeurs du Livre des Esprits, 1866.

KAUFMAN, Whitley R. P. *Karma, Rebirth and the Problem of Evil* in *Philosophy East & West*, volume 55, number 01, January 2005, Honolulu: University of Hawai'i Press, p. 15-32.

LOPEZ JR, Robert E. Buswell and Donald S. *The Princeton Dictionary of Buddhism*. Princeton: Princeton University Press, 2014 (Eletronic Edition), p. 1046-8.

MCCLELLAND, Norman C. *Encyclopedia of Reincarnation and Karma*. Jefferson: McFarland & Company, Inc. Publishers, 2010, p. 136-52.

OBEYESEKERE, Gananath. *Imagining Karma: Ethical Transformation in Amerindian, Buddhist and Greek Rebirth.* Berkeley: University of California Press, 2002.

O'FLAHERTY, Wendy Doniger (ed.). *Karma and Rebirth in Classical Indian Traditions*. Berkeley: University of California Press, 1980.

OLIVELLE, Patrick (tr.). *The Early Upanisads: Annotated Text and Translation*. Delhi/New York: Munshiram Manoharlal Publishers/Oxford University Press, 1998.

REICHENBACH, Bruce R. *Karma, Causation and Divine Intervention* in *Philosophy East and West*, volume 39, number 02, April 1989, Honolulu: University of Hawai'i Press, p. 135-49.

______________________ *The Law of Karma: A Philosophical Study*. New York: Macmillan Press/University of Hawai'i Press, 1990.

RINCHEN, Geshe Sonam. *How Karma Works: The Twelve Links of Dependent Arising*. Ithaca: Snow Lion Publications, 2006.

SIVANANDA, Swami. *Practice of Karma Yoga*. Tehrl-Garhwal: Divine Life Trust Society Publication, 1995 (Eletronic Edition, 2001).

TULL, Herman Wayne. *The Vedic Origins of Karma: Cosmos as Man in Ancient Indian Myth and Ritual.* Albany: State University of New York Press, 1989.

VIVEKANANDA, Swami. *Karma Yoga*. Calcutta: The Ramakrishna Mission, 1901.

WALKER, Edward D. *Reincarnation: a Study of Forgotten Truth*. New York: John W. Lovell, Company, 1888.